

Da violência racial aos feminismos negros: olhares a partir da experiência

Diana Mendes*
Marina Mello**

Resumo

Sobre o que estamos falando quando utilizamos a expressão *Violência Racial*? De que maneira ela se conecta aos conceitos de *Genocídio Negro*, *Necropolítica* ou *Guerra total*? Como essa violência se manifesta no Brasil? Oriundas da experiência à frente do Observatório da Violência Racial CAAF/Unifesp entre 2022 e 2024, tais questões organizam a presente reflexão que busca, ainda, apresentar algumas das respostas a essa violência cotidiana e sistemática. Fonte inesgotável de modelos de subjetivação política, os feminismos negros figuram como as referências destas respostas.

Palavras-chave: VIOLÊNCIA RACIAL; GENOCÍDIO NEGRO; NECROPOLÍTICA; ANTINEGRITUDE; FEMINISMOS NEGROS.

From racial violence to black feminisms: perspectives from experience

Abstract:

What are we talking about when we use the expression Racial Violence? How does it connect to the concepts of Black Genocide, Necropolitics, or Total War? How does this violence manifest itself in Brazil? Originating from the experience at the Observatory of Racial Violence CAAF/Unifesp between 2022 and 2024, these questions organize the present reflection, which also seeks to present some of the responses to this daily and systematic violence. An inexhaustible source of models for political subjectivation, Black feminisms are the references for these responses.

Keywords: RACIAL VIOLENCE; BLACK GENOCIDE; NECROPOLITICS; ANTIBLACKNESS; BLACK FEMINISM.

De la violencia racial a los feminismos negros: perspectivas desde la experiencia

Resumen

¿De qué estamos hablando cuando utilizamos la expresión *Violencia Racial*? ¿De qué manera se conecta con los conceptos de *Genocidio Negro*, *Necropolítica* o *Guerra Total*? ¿Cómo se manifiesta esta violencia en Brasil? Provenientes de la experiencia al frente del Observatorio de Violencia Racial CAAF/Unifesp entre 2022 y 2024, estas cuestiones organizan la presente reflexión, que también busca presentar algunas de las respuestas a esta violencia cotidiana y sistemática. Fuente inagotable de modelos de subjetivación política, los feminismos negros se destacan como las referencias de estas respuestas.

* Pós-doutoranda junto à New School, Nova York. Integra o Grupo de Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da USP e o Núcleo de Estudos Africanos e afro-brasileiros da Unifesp.

E-mail: dmendesmachadodasilva@gmail.com
ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0001-9559-163X>

** Professora da Unifesp vinculada ao Departamento de Educação e ao PPG em Ensino de História. Membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Unifesp.

E-mail: marina.mello23@unifesp.br
ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-6145-4861>

Palabras-claves: VIOLENCIA RACIAL; GENOCIDIO NEGRO; NECROPOLÍTICA; ANTINEGRITUD, FEMINISMOS NEGROS.

Introdução

Em 2015, a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar o assassinato de jovens no Brasil, assumiu a expressão “Genocídio da População Negra” para descrever o cenário então pesquisado. Publicado no mesmo ano, o relatório da pesquisa revelou que 71,4% dos homicídios em 2011 foram praticados contra jovens negros¹. Oito anos depois, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), indicavam um considerável agravamento deste cenário ao revelarem que 77% das pessoas assassinadas pela polícia eram negras. Os dados atuais permanecem estarecedores. O mais recente Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que em 2023 “a taxa de mortalidade de pessoas negras em intervenções policiais é 289% superior à taxa verificada entre pessoas brancas, na evidência do viés racial nas abordagens e no uso da força das polícias brasileiras. Em relação à proporção, 82,7% das vítimas eram negras, 17% brancas, 0,2% indígenas e 0,1% amarelos”. Cabe salientar que entre policiais vítimas de violência, os negros também são maioria.

Quando analisados em conjunto, os dados acima indicam que não é possível compreender a experiência de pessoas negras no Brasil sem mencionar a incidência e o impacto da violência em suas vidas. Violência essa que se apresenta como um conjunto sistemático e cotidiano de práticas que acabam por alimentar e justificar a sua forma mais radical, a morte, seja ela física ou social.

As faces dessa violência de cunho racial foram exploradas à luz do trabalho realizado pelo Observatório da Violência Racial no biênio 2022-2024. A equipe do Observatório da Violência Racial (OVIR) do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo desenvolveu pesquisas, organizou grupos de estudo e promoveu diversas ações institucionais² neste período com o objetivo de compreender a dinâmica desta violência bem como o papel das narrativas na construção da opinião pública sobre o fenômeno. O trabalho buscou mapear a construção e a disseminação de narrativas que servem, de um lado, como alicerce para a perpetuação de políticas de morte e, de outro, como uma das poucas estratégias de resistência a essas mesmas políticas (Despret, 2023).

Foi neste contexto que os temas da necropolítica, analisada por Achille Mbembe, do genocídio negro, conforme descrito por Abdias do Nascimento e da guerra total, tema central deste dossiê, foram explorados nas várias frentes de atuação do Observatório. Deste mesmo processo, emergiram as referências de resistência, de afirmação de identidades bem como da luta por equidade oriunda dos feminismos negros. Estes universos figuram como a base para a elaboração deste artigo que, longe de se propor a esgotar as temáticas levantadas, busca apenas delinear contribuições contemporâneas para a compreensão do problema levantado no dossiê.

Soberania, Violência, Guerra Total e Racismo Antinegro

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e a experiência traumática do holocausto, conceitos como o de violência e de soberania passaram a ocupar um lugar central nas Ciências Humanas, transformando-se em temas frequentes nas discussões sobre Política e Relações Internacionais. Preocupada com as consequências da Segunda Guerra Mundial, pelas faces assumidas pela Guerra Fria e inspirada pela luta pelos direitos civis nos EUA, Hannah Arendt, por exemplo, escreveu *Sobre a violência* como forma de compreender seu papel no mundo contemporâneo, especialmente em sua relação com a noção de poder. Anos depois, já no século XXI, eventos como o ataque às Torres Gêmeas, o assassinato de George Floyd e as intensas

reações que se seguiram a eles demandaram uma revisão dos conceitos de violência, poder e até mesmo de política, sob uma nova perspectiva.

Nesse contexto, o conceito de soberania assumiu protagonismo, sobretudo a partir do olhar de Giorgio Agamben no livro *Estado de exceção* (2015). Nele, o autor aproxima as noções de soberania e de estado de exceção para afirmar que “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” apresenta-se, em verdade, como “o paradigma normal do governo” (p.9). Ora, se as ações letais contra Estados ou grupos face a uma alegada ameaça à soberania não são práticas excepcionais, mas recorrentes que caracterizam tanto as relações internacionais quanto as ações internas - nos territórios nacionais e contra seus próprios “cidadãos” -, então a violência é parte fundante e constitutiva da soberania e o estado de exceção, sua forma usual.



Desse modo, a “luta por autonomia”, principal alicerce da noção de soberania, também foi revista, deixando de figurar como o natural (e abstrato) exercício da razão e da liberdade humanas para surgir como a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (p.10-11). É isso o que afirma Achille Mbembe no ensaio *Necropolítica*, de 2003. Ao explorar a face histórica, humana e circunstancial da luta por autonomia, o autor evidencia que mais do que simplesmente realizar críticas ou ajustes ao velho cânone sob o qual as noções clássicas da política foram estabelecidas, era preciso ressignificar todo o campo semântico a partir de “uma leitura da política, da soberania e do sujeito diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade” (p.11).

Diante desta crítica, Mbembe mobiliza os temas da vida e da morte para redimensionar noções como soberania, autonomia, violência e política, mesmo que tais conceitos não costumassem figurar como parte integrante desta problemática. Estas noções acabaram se tornando centrais em seu pensamento, pois é da análise do papel da morte em face da política que o autor compreende a soberania como a expressão do direito de matar. A soberania, para ele, se assenta na capacidade de decidir “quem deve viver e quem deve morrer” em face da defesa de uma suposta unidade territorial, política e cultural dos Estados Nacionais.

Para Mbembe, portanto, a soberania não mais se caracteriza por uma abstrata luta por autonomia, mas pela “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (p.41) em relação à morte que dá sentido à política. Explorar os pilares da soberania e da autonomia se tornou a forma de evidenciar o papel da violência não apenas nas relações internacionais mas, fundamentalmente, na dinâmica interna dos países e na definição dos limites de seus territórios, de seus traços políticos e culturais. Mas qual é a natureza dessa violência? Como ocorre e a quem ou contra o quê ela é dirigida?

Em 2003, Mbembe afirmou que a ocupação da Palestina era a forma mais bem-sucedida da política de morte, a *necropolítica*, uma vez que a autoridade e a legitimidade para exercer a violência e o poder de morte advinham do próprio relato de uma história e de uma identidade que culminavam no “direito divino de existir” (p.42) sobre e acima dos outros. Vinte e um anos depois, a situação contemporânea da Palestina nos permite acrescentar que o caso é ainda mais significativo hoje por reunir aos problemas da soberania e da autonomia um núcleo de experiências ligadas a processos diaspóricos e formas coloniais. Em outras palavras, o caso da Palestina nos coloca, uma vez mais, diante da violência racial.

Aqui compreendida como parte estruturante das relações raciais, a violência tem por pilar a noção de raça. Longe de se definir pela cor da pele, pelo pertencimento a grupos étnicos ou por limites territoriais, a raça é, para Mbembe - e, antes, para W.E.B. Du Bois - , um véu,

uma convenção. Por meio dessa convenção se tornou possível estruturar e hierarquizar diferenças de maneira tangível e controlável. À disposição do olhar estavam as “cores” das pessoas, um traço fenotípico mobilizado para justificar desigualdades. Dentre inúmeros resultados, essa tangibilidade tornou possível criar e ordenar os Estados Nacionais, bem como a soberania e o poder que dela emana, tema ao qual voltaremos. Por ora, esse breve percurso já torna possível afirmar que as noções de soberania e de violência são melhor reposicionadas e compreendidas na atualidade à medida em que se conectam às noções de raça e de racismo, uma vez que delas dependem para operar.

Em *Afropessimismo* (2021), Wilderson III examina aspectos desta conexão ao se dedicar à análise da natureza, das formas e das consequências da noção de raça e do racismo como sistema decorrente da escravidão. Para ele, como parte da violência da escravidão, a violência racial antinegra “não acabou em 1865 [nos Estados Unidos e em 1888, no Brasil] pela simples razão de que a escravidão não acabou em 1865 [ou em 1888]. A escravidão é, pois, uma “dinâmica relacional, não um evento” (p.259). Uma dinâmica que sustenta práticas identitárias e discursos nacionais de soberania para o exercício da violência.

Assim, se a violência racial antinegra é relacional, ela não necessita de causa ou evento anterior para ser justificada, ela pre-existe. Trata-se, pois, de uma violência crua, gratuita (p.258):

as pessoas negras existem na agonia daquilo que o historiador David Eltis chama de ‘violência sem limites’, o que significa: a) na economia *libidinal* não há formas de violência excessivas que seriam consideradas cruéis demais para infligir aos negros; e b) na economia *política* não há explicações racionais para esse teatro de crueldade sem limites, nem explicações para o que daria sentido político ou econômico à violência que posiciona e pune a negritude (p.246).

O Brasil oferece dezenas de casos “isolados” para compreender profundamente a afirmação do autor. Entre novembro e dezembro de 2024, três casos chocaram uma parcela da opinião pública de São Paulo: o assassinato com arma de fogo, por um policial militar, de uma criança de 4 anos de idade; o assassinato, com arma de fogo e tiros pelas costas cometido por um policial fora de seu horário de serviço e o arremesso de um homem de uma ponte durante uma *blitz* realizada por policiais militares do estado. A maneira como a imprensa reportou os três casos - evitando mencionar os nomes e as histórias das vítimas - não só corrobora a tese de Wilderson III, como sugere uma via de compreensão para a recorrência deste tipo de assassinato:

Nós estamos sendo vítimas de genocídio, somos mortos e regenerados porque o espetáculo da morte negra é essencial para a saúde mental do mundo - não podemos sumir completamente porque nossas mortes precisam ser repetidas, visualmente” (p.255).

É a partir destas considerações que gostaríamos de afirmar nossa compreensão do termo “guerra total” como uma forma de violência gratuita e contínua contra os povos africanos, afro-americanos e afro-brasileiros. A “guerra total” é um sistema de opressão iniciado no século XV que não cessa de se atualizar. Ele não se limita a conflitos armados entre Estados Nacionais ou a ataques a grupos ou cidadãos de um país, mas caracteriza-se por uma dinâmica mais ampla de violência que atua na incessante desumanização e controle dos corpos racializados, principalmente negros. A guerra total é, pois, a atualização do sequestro e do cativo, uma forma contemporânea de escravização para promover a subjugação dos descendentes de africanos.

Neste ponto, a guerra total se conecta à noção de genocídio do negro brasileiro, desenvolvida por Abdias do Nascimento no ensaio de mesmo nome, publicado em 1978. Sua

chave de leitura segue atual para compreender as formas complexas e multiformes da violência racial nas Américas e, em especial, no Brasil. Dialogando com o conceito de genocídio cunhado por Raphael Lemkin³, que se dedicou à violência perpetrada durante o holocausto, Nascimento expande essa noção, evidenciando que o genocídio não é um fenômeno restrito à experiência do povo judeu no período. Sendo o genocídio um conjunto de práticas sistemáticas de destruição que operam em múltiplas esferas - social, econômica, cultural e espiritual -, essa forma de violência pode ser reconhecida na experiência de outros povos e grupos sociais, especialmente africanos e seus descendentes.

A obra de Nascimento dialoga, em inúmeros aspectos, com o que Achille Mbembe chamou de necropolítica. Dado que a violência atinge o corpo físico e adentra a dimensão psíquica, ela acaba por se tornar parte constitutiva do processo de subjetivação negra. Ao denunciar um projeto sistemático que busca apagar os corpos negros e suas histórias, Nascimento ecoa nas obras de Achille Mbembe, que descreve a gestão da morte como uma ferramenta de controle racial (Nascimento, 2018; Mbembe, 2018). A crise das esquerdas e a relevância dos estados nacionais e do nacionalismo emergem como questões centrais nas discussões políticas contemporâneas, especialmente em relação às dimensões de raça, classe e gênero (Almeida, 2019; Mbembe, 2018). Historicamente, os estados nacionais foram formados por processos de exclusão e violência, onde a ideia de nação se vinculou profundamente à raça e à classe (Anderson, 1983).

A nação, como construção social e política, estabeleceu-se como um espaço de identidade coletiva, mas também como um mecanismo que consolida hierarquias raciais e de classe, legitimando práticas de expropriação e exploração tanto internamente quanto nas relações coloniais (Mbembe, 2018). Nesse contexto, a "guerra total" emerge como uma forma de violência contínua e sistêmica contra corpos racializados (Fanon, 1961; Spillers, 2003), manifestando-se através de políticas de controle, encarceramento em massa e exclusão socioeconômica.

Ecoando as discussões de Du Bois e Mbembe, Nadine Ehlers (2012), afirma que a raça revela-se não como uma essência, mas como um ato ou um conjunto de atos reiterativos que produzem o que nomeiam, trata-se, pois, de uma categoria performativa. De modo semelhante às noções de sexo e gênero de Judith Butler, a raça é uma construção discursiva que molda corpos e subjetividades ao longo do tempo (Butler, 1990). O poder disciplinar sobre corpos racializados opera por meio de práticas reiteradas de violência e humilhação, que visam manter e reproduzir as normas raciais vigentes, tornando esses atos parte constitutiva da conformação do sujeito racial.

Nesse sentido, a violência racial pode ser entendida como uma prática disciplinar que não apenas oprime, mas também produz sujeitos dentro de um marco restrito de possibilidades. As humilhações e os abusos reiterados servem para reafirmar as fronteiras raciais e legitimar as práticas estatais que mantêm as estruturas de poder racial. A performatividade racial, assim, opera como um mecanismo de governança que molda corpos e subjetividades, atualizando a lógica do cativo e reafirmando a diferença entre o ser carne e o ser corpo, tal como Spillers propõe. A violência, então, não é um ato isolado, mas parte de um processo contínuo de disciplinarização que visa produzir corpos negros como corpos subordinados.

A articulação entre nação, raça e classe é indissociável quando observamos os processos históricos de formação de identidades nacionais (Anderson, 1983; Balibar, 2021). A raça, frequentemente considerada uma noção biológica, foi utilizada para definir quem está dentro ou fora dos limites da nação (Ehlers, 2012). Nesse cenário, o racismo torna-se um componente estrutural das políticas nacionais, moldando o pertencimento e a cidadania de acordo com hierarquias raciais e econômicas (Almeida, 2019). No Brasil, por exemplo, a ideia de mestiçagem promoveu uma narrativa de harmonia racial, ao mesmo tempo que ocultou práticas de exclusão racial e a manutenção de uma ordem de exploração que favorece elites

brancas. Essas dinâmicas podem ser vistas como parte da lógica da "guerra total", em que corpos racializados são constantemente submetidos a uma violência que visa desumanizá-los e rebaixá-los à condição de "carne", como sugere Hortense Spillers (2003).

A crise das esquerdas manifesta-se na dificuldade de articular respostas eficazes às questões interseccionais de raça, classe e gênero (Davis, 1981). Ao priorizarem questões econômicas, muitas vezes negligenciam como o racismo e o sexismo moldam as vidas de milhões de pessoas, perpetuando práticas de expropriação. O extrativismo reflete essas relações de poder, enraizadas em dinâmicas coloniais que continuam a explorar corpos e mentes racializados e territórios não brancos (Mbembe, 2018). Nesse cenário, a "guerra total" atua como uma metáfora para a continuidade dessa violência, que se expande para a esfera social, econômica e política, onde corpos negros e indígenas são vistos como territórios a serem conquistados (Fanon, 1961; Spillers, 2003).

Diante desse contexto, é crucial reconhecer a importância de um debate que aborde não apenas a dimensão de classe, mas que integre raça e gênero como fundamentais para a análise das desigualdades estruturais (Davis, 1981; Crenshaw, 1989). Essa articulação é necessária para compreender o alcance das práticas de expropriação em termos econômicos, simbólicos e culturais (Almeida, 2019; Carneiro, 2011). Enfrentar a crise das esquerdas e as questões nacionais deve passar, portanto, pelo reconhecimento da indissociabilidade dessas esferas e pela construção de estratégias que desafiem as estruturas de poder que sustentam a opressão.

A ideia de "guerra total" não é apenas uma metáfora para a violência histórica sofrida por povos racializados, mas um indicador da perpetuação de práticas de dominação que persistem até o presente, amparadas por estruturas econômicas, políticas e culturais que se renovam continuamente (Fanon, 1961; Mbembe, 2018). Frantz Fanon (2019), em suas reflexões sobre o colonialismo, aponta que os sobreviventes desse sistema de opressão carregam em seus corpos as marcas de uma violência histórica que os transforma em "corpos amputados". Essa metáfora revela o profundo trauma que não se limita a cicatrizes físicas, mas penetra na alma e identidade dos indivíduos. A condição de ser "carne", conforme descrita por Fanon e analisada por Hortense Spillers (2021), diferencia o corpo livre do corpo cativo, sendo o último reduzido à objetificação. O corpo negro é, pois, constantemente lembrado de sua servidão, mesmo em contextos onde a escravidão foi formalmente abolida.

Spillers (2021) estabelece uma distinção crucial entre "carne" e "corpo", em que a primeira representa o ser despido de humanidade, enquanto o segundo é o ente livre, capaz de autoafirmação. No contexto das Américas, essa distinção manifesta-se nas vidas dos descendentes de africanos, que enfrentam as consequências de uma história marcada pela brutalidade do cativo.

É uma forma de manter viva a lógica escravocrata, negando aos corpos negros a sua plena humanidade. A luta pela liberdade e pela recuperação do "corpo" é uma batalha constante, onde cada forma de opressão tenta reimpôr o estado de "carne". Ao considerar a questão da raça como construção performativa, conforme sugerido por Achille Mbembe, a raça revela-se não como uma essência, mas como um ato que produz o que nomeia, semelhante às noções de sexo e gênero de Judith Butler (Butler, 1990). A violência racial opera como uma prática disciplinar que não apenas oprime, mas também produz sujeitos dentro de um marco restrito de possibilidades, reafirmando fronteiras raciais e legitimando práticas estatais que mantêm estruturas de poder racial.

A reflexão sobre a antinegitude obriga-nos a ultrapassar o entendimento tradicional de racismo, enfrentando a violência estrutural e ontológica que constitui a experiência das pessoas negras. A antinegitude, conforme a perspectiva afropessimista, não é uma questão contingente, mas estrutural, fundamental para manter a distinção entre o que é considerado humano e o que é relegado à condição de não humano (Wilderson III, 2021).

Vincular, portanto, a ideia de genocídio negro à noção de guerra total permite-nos ampliar a compreensão do que significa e como se manifesta a violência racial. A guerra total contra os corpos negros assume, em última análise, uma forma genocida, cuja finalidade é eliminar fisicamente essas populações, mas também extirpar suas culturas, subjetividades e suas histórias.

O reconhecimento dessa realidade impõe a necessidade de considerar as lutas antirracistas e feministas contracoloniais como parte de uma resistência à morte física e social. Essas lutas, produzidas por mulheres negras, são essenciais para a construção de um novo horizonte em que o genocídio e a mutilação das vidas negras possam, enfim, ser interrompidos.

As contribuições dos feminismos negros contra a violência racial

Se a violência racial é parte central do fenômeno do genocídio negro e da guerra total contra populações racializadas, especialmente a negra, parece necessário mencionar a dimensão empírica desta experiência. E talvez valha a pena mencionar a sua face mais aguda e duradoura: a violência cometida contra as mulheres negras. Essa violência pode ser observada a partir de inúmeras maneiras e exemplos. Mesmo uma rápida leitura dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada parece suficiente para notar que as mulheres negras seguem com menores possibilidades de alcançar índices satisfatórios de qualidade de vida. Seja em relação ao acesso à saúde, à educação e ao trabalho, seja em relação à exposição à violência física ou emocional, os dados seguem estarrecedores.



Por essa razão, parece profícuo se voltar para a produção intelectual de intelectuais negras como Bell Hooks, Ângela Figueiredo, Toni Morrison, Patricia Hill Collins e Oyeronke Oyewumi para, primeiramente, aprofundar a discussão sobre a intersecção entre raça, gênero, poder e violência em meio às dinâmicas opressivas contra a mulheres negras e considerando especialmente o contexto da "guerra total". E, em seguida, para compreender essa experiência como a própria fonte para a reversão ou a reparação destes processos.

Bell Hooks aborda o conceito de interseccionalidade de forma a destacar como o racismo e o sexismo se cruzam para oprimir mulheres negras de maneira única. Ela critica o feminismo tradicional por negligenciar a experiência das mulheres negras e argumenta que qualquer análise do poder deve levar em conta tanto as dinâmicas raciais quanto de gênero (Hooks, 2019). Segundo Hooks, as estruturas de poder patriarcais e racistas criam um sistema de violência contínua contra corpos negros femininos, perpetuando uma hierarquia social que desumaniza mulheres negras. A violência simbólica e material que essas mulheres sofrem revela uma forma de "guerra total" que não é apenas física, mas psicológica e estrutural, operando de maneira insidiosa no cotidiano, marginalizando suas existências.

Ângela Figueiredo, em sua análise sobre a subjetividade de mulheres negras no Brasil, aprofunda essa perspectiva ao observar como a negação de subjetividade às mulheres negras é uma forma de perpetuação do poder colonial e racista. Para Figueiredo, as experiências de violência que essas mulheres enfrentam são enraizadas em um projeto histórico de controle racial que perpetua a desvalorização de seus corpos e identidades (Figueiredo, 2016). Esse controle manifesta-se em diversos espaços, desde a mídia até as instituições educacionais, reforçando uma visão de inferioridade e subordinação. Essa perspectiva conecta-se diretamente à ideia de "guerra total" no sentido de que o sistema não apenas explora, mas mutila identidades e corpos negros, como Morrison retrata em sua obra.

Toni Morrison, por sua vez, explora o impacto psicológico do racismo sobre a psique e a identidade das mulheres negras. Em suas narrativas, Morrison evidencia como a violência racial, associada ao gênero, destrói não apenas os corpos, mas também as mentes e as almas. Em *Amada*, por exemplo, Morrison aborda o trauma gerado pela escravidão, demonstrando como a violência histórica contra os corpos negros se perpetua ao longo das gerações, criando um ciclo contínuo de dor e desumanização (Morrison, 2007). Da mesma forma, em *O Olho Mais Azul*, Morrison ilustra como a internalização dos padrões estéticos brancos por Pecola Breedlove resulta em uma mutilação psíquica devastadora. A jovem, desesperada por olhos azuis, busca desesperadamente aceitação em um mundo que nega sua humanidade e beleza, evidenciando o impacto corrosivo da “guerra total” sobre as identidades negras (Morrison, 2003).

A crítica de Oyeronke Oyewumi à imposição das concepções ocidentais de gênero também é central para esta discussão. Em *A Invenção das Mulheres*, Oyewumi argumenta que as noções de gênero são culturalmente específicas, e a imposição de uma estrutura de gênero ocidental durante a colonização teve efeitos devastadores sobre as sociedades africanas (Oyewumi, 2021). Ao imporem suas visões patriarcais e dicotômicas de gênero, os colonizadores distorceram as estruturas sociais africanas, criando novas formas de opressão e violência que se somam às já impostas pelo racismo colonial. Nesse contexto, as mulheres racializadas são forçadas a navegar entre múltiplas camadas de opressão – tanto as impostas pelos colonizadores quanto as internas às suas próprias culturas, que foram deformadas pelo colonialismo. Uma vez mais, a “guerra total” não é apenas uma guerra de violência física, mas também de destruição cultural e subjetiva, que reconfigura as relações de gênero e raça, resultando em novas formas de subjugação e desumanização.

Patricia Hill Collins, em sua teoria sobre a matriz de dominação, propõe que as opressões de raça, gênero, classe e sexualidade operam de maneira interligada e interdependente. Collins argumenta que as mulheres negras vivem na interseção dessas múltiplas formas de opressão, o que cria uma experiência única de violência e subordinação (Collins, 2019). Ela também sugere que o poder funciona por meio de sistemas interligados que mantêm e perpetuam essas opressões, destacando a importância de analisar essas relações de poder a partir de uma perspectiva interseccional. A violência contra mulheres negras, sob essa luz, é uma forma de controle social que é legitimada por estruturas de poder que se beneficiam da manutenção da desigualdade racial e de gênero. Essa dinâmica contribui para o que podemos entender como uma forma contemporânea de “guerra total”, onde os corpos e subjetividades negros são continuamente mutilados e desumanizados.

Assim, a partir dessas pensadoras, podemos entender que raça, gênero, poder e violência estão profundamente conectados e se reforçam mutuamente. A violência racial e de gênero opera em uma lógica de “guerra total” que vai além da opressão física, englobando também dimensões culturais, psicológicas e estruturais, perpetuando a dominação e subordinação dos corpos e subjetividades negras femininas. As teorias de Hooks, Figueiredo, Morrison, Oyewumi e Collins revelam como essa guerra é travada em várias frentes, envolvendo desde a internalização de padrões estéticos e culturais até a imposição de normas de gênero que distorcem e buscam destruir as cosmo percepções próprias a cada historicidade.

Essa violência, como apontado por Ângela Figueiredo e Bell Hooks, atinge de forma particular as mulheres negras, que são duplamente marginalizadas pela interseção do racismo e do sexismo. A noção de “guerra total” ganha, então, uma camada adicional de complexidade ao ser aplicada às experiências das mulheres negras, que enfrentam múltiplas formas de opressão. A desvalorização de suas vidas, associada à constante vigilância e controle sobre seus corpos e comportamentos, reafirma uma lógica genocida que visa não apenas a eliminação física, mas também a supressão de suas capacidades de resistir e existir de maneira plena.

É nesse contexto que os feminismos contracoloniais produzidos por mulheres negras assumem um papel de fundamental importância. Autoras como Bell Hooks, Patricia Hill Collins e Ângela Figueiredo destacam que as mulheres negras, ao mobilizarem suas experiências de opressão, são capazes de gerar novas formas de resistência e de luta. Esses feminismos desafiam não apenas o racismo estrutural, mas também as formas patriarcais e coloniais de opressão de gênero, oferecendo uma perspectiva que considera as mulheres negras como agentes de transformação social, cultural e política. Para essas autoras, a luta contra o genocídio negro é também uma luta pela sobrevivência e dignidade das mulheres negras e, em síntese, da população como um todo, visto estarem na linha de frente dos movimentos por justiça racial e de gênero.

A crítica de Oyeronke Oyewumi (2021) à imposição ocidental de concepções de gênero, aliada ao trabalho de Sueli Carneiro no Brasil, também ilumina como o colonialismo racializou e hierarquizou os gêneros de maneiras que ampliaram as violências contra as mulheres negras (Oyewumi, 2021; Carneiro, 2019). O colonialismo, ao impor padrões de gênero e raça eurocêntricos, agravou as desigualdades de gênero nas sociedades negras, ao mesmo tempo que fragmentou as estruturas tradicionais que protegiam e davam agência às mulheres.

Assim, o genocídio negro não pode ser compreendido sem considerar o impacto desproporcional sobre as mulheres negras, cuja resistência à guerra total se manifesta tanto na reconstrução de suas comunidades - por meio de experiências políticas sofisticadas e inovadoras, como os quilombos urbanos - quanto na reafirmação de suas subjetividades - que, embora fragmentadas por múltiplas camadas de opressão, são ressignificadas na luta por direitos.

Considerações finais

A análise da relação entre o genocídio negro, a necropolítica e a guerra total sob a perspectiva de olhares negros antirracistas, revela uma dinâmica contínua e estrutural de violência contra os corpos negros, que transcende momentos históricos específicos e se perpetua nas práticas contemporâneas de opressão que se concretizam em micro-violências cotidianas e que se estendem até a morte na forma física e na forma da morte social. Conforme discutido ao longo deste artigo, a "guerra total" não se limita a conflitos armados entre nações, mas abrange uma ampla e persistente violência que visa desumanizar e controlar corpos racializados, especialmente os corpos negros. Essa violência, expressa em várias formas e níveis, herdeira da escravidão tem duas características importantes: ela é relacional, assim como a raça e, por essa mesma razão, é gratuita, sem razão que a antecede. É, pois, uma atualização da lógica colonial e escravocrata, que se reflete nas práticas de controle, encarceramento e exclusão socioeconômica que caracterizam o cotidiano das populações negras. Abdias do Nascimento e Achille Mbembe revelam que o genocídio negro e a necropolítica são elementos centrais para a organização das estruturas de poder como os Estados Nacionais que governam a morte e a política. Essa gestão da morte, como uma ferramenta de controle racial, ilustra a continuidade do cativo em novas formas de opressão e exploração, tal como afirma Wilderson III. A "guerra total" é, portanto, uma imagem poderosa para descrever a violência crua, gratuita que persiste na História e que mutila não apenas os corpos, mas também as subjetividades e identidades das populações negras.

O colonialismo impôs padrões eurocêntricos que fragmentaram estruturas sociais tradicionais, nas quais as mulheres negras desempenhavam papéis de liderança e tinham agência com contornos definidos em atividades políticas, religiosas ou econômicas. O genocídio negro não pode ser plenamente compreendido sem reconhecer o impacto desproporcional que ele tem sobre as mulheres negras, cujas lutas contra a "guerra total" são

também lutas políticas criativas pela reconstrução das comunidades e pela afirmação de subjetividades não mais subjugadas pelas múltiplas camadas de opressão.

Vincular, portanto, a ideia de genocídio negro à noção de guerra total amplia nossa compreensão da violência racial. A guerra total contra os corpos negros assume um caráter genocida que visa não apenas a eliminação física, mas também a destruição das culturas, subjetividades e histórias dessas populações. O reconhecimento dessa realidade impõe a necessidade de considerar as lutas antirracistas e feministas anti-coloniais, articuladas pelas mulheres negras como centrais na resistência às múltiplas formas da morte. Pois exatamente lá onde reside a violência também se fazem presentes os elementos para a sua reversão, daí os trabalhos destas pesquisadoras figurarem como uma fonte de produções subjetivas livres e libertadoras. Neste sentido, tanto as noções quanto a lutas a elas associadas são fundamentais para a construção de um horizonte em que o genocídio das vidas negras possa, enfim, ser interrompido.

Referências:

- Agamben, G. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2015.
- Almeida, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen Livros, 2019.
- Benítez, María Elvira Díaz. Apresentação: Vidas negras: pensamento radical e pretitude. In: BENÍTEZ, María Elvira Díaz (Org.). Vidas negras: pensamento radical e pretitude. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.
- Carneiro, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- Collins, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- Costa-Vargas, JH.; Pinho, O. (Org.). Antinegritude: a impossível sujeito negro na formação social brasileira. 1. ed. Cruz das Almas, Belo Horizonte: Cruz das Almas: EDUFRB, 2016
- Crenshaw, Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política antirracista. Trad. Carol Correia. In: Medium, jul./2021. Disponível em: <https://solemgemeos.medium.com/desmarginalizando-a-intersecção-de-raça-e-sexo-uma-crítica-feminista-negra-da-doutrina-b024274df6f5>, consultado em 14/08/2024.
- Despret, Vinciane. Um brinde aos mortos: Histórias daqueles que ficam. Tradução de Hortencia Lencastre. São Paulo: N-1 Edições, 2023. 130 p.
- Ehlers, Nadine. Racial Imperatives. Discipline, Performativity and Struggles Against Subjection. Bloomington: Indiana University Press, 2012.
- Fanon, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Fanon, Frantz. Os Condenados da Terra. Trad. José Laurênio de Melo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- Ferreira, D. A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo. São Paulo: Zahar, 2024.
- Figueiredo, Angela. Quem Tem Medo do Feminismo Negro? Salvador: Edufba, 2016.
- Hooks, Bell. Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 5 dez. 2024.

- Lippi, Camila Soares. A importância da obra de Raphael Lemkin para a elaboração da convenção sobre genocídio. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313028193_ARQUIVO_AimportanciadaobraDeRaphaelLemkinparaaelaboracaodaConvencaosobreGenocidio.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.
- Mbembe, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- Mbembe, Achille. Necropolítica. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.
- Morrison, Toni. Amada. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Morrison, Toni. O Olho Mais Azul. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- Munanga, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.
- Oyewumi, Oyeronke. A Invenção das Mulheres: Construindo um Sentido Africano dos Discursos Ocidentais sobre Gênero. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Spillers, Hortense J. et al. (Org.). Pensamento negro radical: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021.
- Spillers, Hortense J. Black, White, and in Color: Essays on American Literature and Culture. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- Wilderson III, Frank B. Afropessimismo. São Paulo: Todavia, 2021.

Notas:

1. SENADO FEDERAL. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o assassinato de jovens no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/609815/RF_CPI_assassinato_jovens_2015.pdf. Acesso em: 3 set. 2024.
2. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: o desenvolvimento das pesquisas “Saúde da Mulher Negra” e “Quilombagem: da memória à História Pública”; a oferta de grupos de estudo sobre obras seminais para o tema da violência racial, com certificação para estudantes e comunidade em geral; a oferta de seminários abertos à comunidade acadêmica sobre temáticas como violência de estados e os saberes emergentes das lutas sociais; a publicação de boletins semestrais com o intuito de fomentar e fortalecer as discussões sobre a temáticas entre estudantes de graduação e de pós-graduação; a organização da Semana de Consciência Negra unificada reunindo docentes das universidades públicas do Estado de São Paulo em torno do diálogo sobre ações afirmativas e antirracismo nestas instituições. Ao menos uma dezena de graduandos e pós-graduandos conduziram, em parceria, estas atividades durante este biênio.
3. Raphael Lemkin, nascido Rafał Lemkin (24 de junho de 1900 – 28 de agosto de 1959), foi um advogado polonês de ascendência judaica que se estabeleceu nos Estados Unidos em 1941. Diante da necessidade de um termo mais preciso, cunhou o conceito de "genocídio" em sua obra seminal *Axis Rule in Occupied Europe* (1944), publicada no contexto do choque mundial com os crimes da Alemanha nazista. Ele combinou o prefixo grego *genos* (raça ou tribo) com o sufixo latino *-cídio*, derivado de *caedere* (matar). Lemkin definiu o genocídio como uma prática antiga, que na era moderna se caracteriza por um plano coordenado para destruir as bases fundamentais de um grupo, incluindo suas instituições políticas, sociais, culturais, sua religião e linguagem, com o objetivo de eliminar o próprio grupo (LIPPI, 2011).

Citação/Citation: Mendes, D.; Marina, M. (2024). *Da violência racial aos feminismos negros: olhares a partir da experiência*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. esp.), pp. 61-71.

Recebido em: 01/10/2024
Aprovado em: 11/11/2024